

**Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique;**

**Senhores Membros do Conselho de Administração do BM;**

**Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;**

**Senhores Administradores Delegados das Instituições Financeiras;**

**Senhores Antigos Administradores do Banco de Moçambique;**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras e**

**Meus Senhores**

Quero, em primeiro lugar, agradecer a vossa honrosa presença nesta cerimónia de brinde de fim de ano, que habitualmente organizamos para procedermos ao balanço preliminar do ano que está prestes a terminar e divulgarmos aos nossos parceiros do sistema financeiro, ao mercado e ao público em geral, as nossas perspectivas para o novo ano económico e financeiro.

Permitam-me que em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome pessoal aproveite esta oportunidade para saudar o nosso Governo pelos feitos alcançados no ano e pelas arrojadas medidas de política económica que adoptou para minorar o impacto da crise financeira e económica mundial na nossa economia, garantindo que as actividades económicas e financeiras não fossem muito afectadas, o que contribuiu para que Moçambique integrasse um grupo restrito de países em desenvolvimento que soube assegurar uma robusta taxa de crescimento.

***Introdução e  
Saudações***

Saúdo igualmente as instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no nosso País, por terem sabido interpretar correctamente os sinais de política que o Banco Central emitiu ao longo do ano, destinados a manter a estabilidade macroeconómica, num ambiente adverso e de forte incerteza.

Cabe-me também manifestar o meu reconhecimento pelo apoio e colaboração que recebemos do sector empresarial, das associações económicas e sócio-profissionais, dos agentes económicos, da comunidade académica, dos nossos parceiros de cooperação multilateral e bilateral e da comunicação social. Esta interacção tem enriquecido a nossa visão estratégica e a maneira como levamos a cabo a nossa missão.

As minhas saudações estendem-se ainda às instituições de Bretton Woods e aos demais parceiros de cooperação internacional por terem decidido, face à crise internacional, alocar fundos adicionais ao nosso país, reforçando a nossa capacidade de cobertura do comércio externo, melhorando a posição das nossas reservas internacionais e contribuindo para uma maior alavancagem do orçamento de Estado. O cometimento dos nossos parceiros internacionais para com os objectivos estratégicos do país continua a ser importante para os êxitos que têm vindo a ser alcançados nos vários domínios da actividade económica e social.

Cumpra ainda destacar outros importantes eventos que tiveram lugar no ano de 2009, nomeadamente a realização das quartas eleições gerais e multipartidárias que abrem um novo ciclo político, que desejamos decorra, tal como os anteriores, em plena harmonia, paz e estabilidade. Merece também o nosso apreço a conclusão de importantes empreendimentos públicos de natureza estruturante para a economia nacional, a exemplo da ponte sobre o rio Zambeze, que vem preencher um espaço importante no processo de consolidação do mercado nacional, mais integrado e menos assimétrico, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico.

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Caros Convidados**

A crise financeira à escala global e a recessão nas economias mais desenvolvidas reduziu a procura agregada, propagando-se às economias africanas, principalmente através de maiores défices nas suas balanças de pagamentos. Fenómenos como a queda de preços das matérias-primas que exportamos, a redução das remessas dos emigrantes, baixa do fluxo do investimento directo estrangeiro, as dificuldades de acesso ao crédito externo por parte do sector empresarial e a redução da ajuda financeira oficial aos programas de desenvolvimento comprometem a marcha do desenvolvimento social e humano no nosso continente, bem como os objectivos do milénio.

Não obstante as várias medidas excepcionais e de incentivo tomadas pelos Governos e Bancos Centrais de todo o mundo desde o deflagrar da crise em 2007, continuam enormes os desafios a suplantar visando a restituição da curva da procura agregada ao nível de equilíbrio desejado, num ambiente de taxas de juro historicamente baixas, de inflação em terreno negativo, de desemprego mundial a atingir proporções alarmantes e de défices dos orçamentos dos Estados que perigam a sustentabilidade da dívida pública. Na verdade, os problemas actuais da macroeconomia mundial bem se assemelham, na sua essência, ao intrincado labirinto da “armadilha de liquidez” teorizada por John Keynes, no contexto da grande depressão de 1929.

Todavia, o optimismo parece emergir de informações mais recentes que mostram que a recessão mundial tende a abrandar, tomando por base previsões de muitas instituições reputadas, pese embora as cautelas com que se deve ler tais previsões, face ao elevado grau de incerteza e risco que ainda paira. Na actualidade, o impulso ao crescimento mundial provém das economias de mercado emergentes, nomeadamente da China, do Brasil e da Índia, países que há poucas décadas atrás engrossavam as estatísticas mundiais de nações pobres e subdesenvolvidas.

Em África e particularmente nos países não exportadores de petróleo e de metais preciosos, a crise tende a corroer a balança de pagamentos e o crescimento do PIB, cujas taxas abrandaram para uma média de 5,5% em 2008, contra 6,4% em 2007, projectando-se para 2009 um crescimento de apenas 1,3%.

Nos países da SADC, a tendência geral é de estabilidade da inflação ao nível de um dígito, baixa das taxas de juro e inversão do comportamento das diferentes moedas face ao Dólar dos EUA, para o sentido de apreciação, com destaque para o Rand, que valorizou 27% até Novembro último.

A região continua, todavia, a ser influenciada por acontecimentos que pouco favorecem a optimização do elevado potencial de produção e de riqueza que possui. Esperamos que as acções em curso, algumas das quais da iniciativa dos nossos estadistas, propiciem condições para uma rápida estabilidade governativa no Zimbabwe e Madagáscar, factor importante para um desenvolvimento económico rápido e harmonioso na região. Os objectivos estratégicos da região requerem investimentos avultados e estes só chegarão na proporção almejada, quanto mais unidos, hábeis e arrojados forem os nossos governos e os agentes económicos que operam nos nossos países.

### **Minhas Senhoras Meus Senhores Distintos Convidados**

Em 2008, quando a crise financeira internacional se manifestou com maior acuidade, o país já vivia uma crise resultante da alta dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. Por isso, as medidas de mitigação adoptadas concentraram-se em estímulos do lado orçamental e cambial, com reflexo nas nossas reservas internacionais. O pacote fiscal então aprovado visava manter a economia a funcionar com relativa normalidade, enquanto as intervenções no mercado cambial interbancário tinham como objectivo assegurar internamente uma compensação nos preços dos produtos importados face à sua galopante subida no mercado internacional.

Em 2009, negociámos com os organismos multilaterais o acesso a recursos adicionais, tendo o FMI concedido um empréstimo concessional no valor aproximado a USD 176 milhões, cuja primeira tranche, de USD 132 milhões, foi desembolsada no início do segundo semestre, no âmbito da Facilidade de Choques Exógenos. Mais recentemente, no quadro da decisão do FMI de melhorar as condições de liquidez dos seus membros, o país recebeu SDR 108,8 milhões, equivalentes a cerca de USD 170 milhões.

No presente ano, a redução das nossas exportações e do fluxo de divisas para a nossa economia, conjugado com dificuldades no acesso a créditos externos por empresas que operam no país, levou a que o Banco de Moçambique pusesse à disposição da economia, através do Mercado Cambial Interbancário, um total de USD 757 milhões até à presente data, mais USD 89 milhões do que as vendas líquidas efectuadas em todo o ano de 2008.

Ademais, procedemos a um relativo relaxamento da política monetária, reduzindo, por duas vezes (em Fevereiro e Agosto), o coeficiente de Reservas Obrigatórias e revendo em baixa, também por duas vezes, as nossas taxas de juro, posicionando-as em 11.5% para a Facilidade de Cedência, e 3%, para a Facilidade de Depósito. Estas medidas abriram espaço para uma maior expansão do crédito à economia, garantindo que muitas empresas e projectos económicos suprissem as suas necessidades de financiamento, mantendo o seu funcionamento e assegurando o emprego e rendimento a milhares de famílias. Só para ilustrar, até Outubro de 2009, o crédito à economia havia expandido, em termos anuais, em 55,5%, o que representa a taxa mais alta dos últimos anos.

A nível do mercado cambial, após uma forte estabilidade do Metical em 2008, no presente ano a taxa de câmbio do Metical em relação ao dólar americano registou uma depreciação em torno dos 10%, resultado que terá certamente contribuído para a recuperação da competitividade das nossas exportações, numa conjuntura internacional caracterizada pela queda dos preços do petróleo e dos produtos de importação.

A pressão cambial que o nosso mercado enfrentou em 2009, justifica-se por um maior défice de divisas registado na nossa economia, em face da redução acentuada das nossas exportações, conjugada com maiores dificuldades de acesso ao crédito externos pelas empresas nacionais.

Pelo cruzamento de taxas com o Rand, constatamos que o Metical acumulou uma depreciação nominal mais elevada (46%), explicada, em parte, pelo fortalecimento da moeda sul-africana face ao dólar norte-americano, em cerca de 27%, favorecida pelo aumento dos preços dos metais preciosos que aquele país produz, sobretudo do Ouro cujo preço foi estabelecendo ao longo do ano novos máximos históricos. A situação do Rand concorreu para que, durante grande parte do ano 2009, os preços internos na África do Sul se mantivessem relativamente baixos e a banda de inflação estabelecida como meta pelas autoridades viesse a ser respeitada. No entanto, constitui um desafio para todos nós monitorar a sustentabilidade de um Rand forte.

A par das intervenções via Mercado Cambial Interbancário, o objectivo de gestão da liquidez e da Base Monetária, variável instrumental da política monetária, contou igualmente com a contribuição das operações do Mercado Monetário Interbancário. No quadro das reformas que temos vindo a efectuar para aumentar a eficácia dos nossos instrumentos de política monetária, procedemos à revisão dos normativos do Mercado Monetário Interbancário, flexibilizando os critérios de adesão das instituições bancárias, a adequação dos montantes mínimos das operações de mercado da iniciativa dos bancos, a introdução de operações de maturidade infra-semanal nos *reverse repos* e a operacionalização das compras de títulos com acordo de revenda entre o BM e os bancos comerciais, assim como a realização de operações reversíveis entre bancos. Estas alterações trouxeram novo dinamismo e aprofundamento do mercado monetário.

## **Minhas Senhoras**

### **Meus Senhores**

#### **Distintos Convidados**

Apesar da conjuntura adversa que enfrentamos, o Instituto Nacional de Estatística apurou para os primeiros nove meses de 2009 um crescimento real da economia acima das previsões iniciais, ao registar uma expansão anual de 6.5%, sustentado fundamentalmente pela dinâmica da agricultura, construção, hotéis e restauração, transportes e comunicações, serviços financeiros e administração pública. O bom desempenho do sector agrícola reconforta-nos, por ser a principal fonte de emprego e de rendimento de milhares de famílias, para além de gerar os bens de consumo da grande maioria da população moçambicana. Ademais, este crescimento é consistente com a opção estratégica do Governo de fazer do distrito pólo de desenvolvimento do país, para além de constituir o reflexo inicial da implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA).

***Desempenho  
Económico e  
Financeiro  
Interno em  
2009***

Como é do conhecimento geral, a principal missão do BM é a de garantir a estabilidade de preços, consubstanciada numa inflação baixa e controlada. Ao longo de 2009, a inflação, obtida a partir do Índice de Preços no Consumidor da Cidade de Maputo, registou uma tendência descendente: a inflação homóloga e média fixaram-se em 2.6% e 3.4%, em Novembro, respectivamente, contra 6.2% e 10.3% em Dezembro de 2008. Esta tendência alargou-se ao IPC Moçambique, que agrega as cidades de Maputo, Beira e Nampula, tendo a inflação anual reduzido de 11.8% em Dezembro de 2008, para apenas 0.78% em Outubro de 2009.

O indicador *de core inflation* monitorado pelo Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, que exclui os preços de frutas e vegetais também evoluiu no mesmo sentido, passando de 5.8% em Dezembro de 2008 para 2.1% em Novembro de 2009. A desaceleração da inflação no ano em revista, reflecte a conjugação de factores, sendo de destacar o impacto positivo das medidas macroeconómicas tomadas pelas autoridades no quadro das crises financeira internacional e de cereais, o crescimento do PIB acima das previsões, a queda acentuada dos preços internacionais das mercadorias que o país importa e a desaceleração da inflação na República da África do Sul.

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Distintos Convidados**

No ano de 2009, foi notória a pressão sobre a procura de notas e moedas em circulação. Este fenómeno está associado às mudanças que estão tendo lugar na economia, a uma maior descentralização financeira do Estado, à execução dos orçamentos de investimento de iniciativa local e uma maior utilização do Metical na comercialização agrícola de alguns produtos antes transaccionados nas moedas dos países vizinhos. Como consequência, foi expressiva a expansão da Base Monetária, no período, embora não tenha gerado inflação.

A avaliar pelos dados provisórios referentes aos primeiros nove meses de 2009, nota-se que a Balança de Pagamentos do país foi particularmente afectada pelos efeitos da crise financeira. Com efeito, o valor do comércio externo de bens, quando comparado com o período de 2008, baixou em 26,5%, devido à redução acentuada das exportações de bens em USD 760.5 milhões (menos 37.2%), perante uma queda menos acentuada das importações, no valor de USD 483.7 milhões (menos 18.3%). O défice da balança de transacções correntes do país aumentou em USD 300 milhões, para USD 861 milhões quando excluídas as transacções dos grandes projectos, reflectindo o incremento dos défices das contas parciais de bens e de serviços em 46% e 14%, respectivamente, aliado à redução em 7% das entradas de recursos financeiros externos na forma de transferências unilaterais.

Apesar da magnitude das intervenções que realizámos no mercado cambial, as nossas Reservas Internacionais Líquidas aumentaram em USD 127 milhões, tendo-se o seu saldo fixado em USD 1,770 milhões em 15 de Dezembro de 2009, correspondente a cerca de 6 e 8 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais, quando incluídos e excluídas as operações dos grandes projectos, respectivamente. Está assim reforçada a capacidade de pagamentos do País ao exterior e as salvaguardas adequadas para enfrentarmos os desafios do futuro.

Quero aproveitar esta ocasião, para mais uma vez, recordar a todos os agentes económicos que só juntando sinergias para aumentarmos a produção e progressivamente substituímos as importações, multiplicando as actividades geradoras de divisas para o País, poderemos enfrentar, com sucesso, a actual crise económica e prosseguir com o programa de combate à pobreza.

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Caros Convidados**

O reforço das medidas de supervisão bancária aliado à adopção de boas práticas por parte dos gestores das nossas instituições de crédito e sociedades financeiras, revelou-se importante para a minimização do impacto da crise sobre o nosso sector financeiro, tendo os principais indicadores de solidez financeira mantido o perfil de um sistema são e estável.

Para além das inspecções regulares às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que operam no país, visando melhorar a metodologia de supervisão bancária agora em vigor, desenvolvemos várias ferramentas que passaram a permitir a adopção do processo de supervisão orientado para o risco, para além de termos produzido o Manual de Boas Práticas de *Corporate Governance*, o qual foi distribuído para apreciação pelo sistema bancário.

A par da vigilância que mantivemos sobre o sistema, o rigor e profissionalismo manifestado pelos gestores e colaboradores das instituições bancárias permitiram que o mesmo continuasse a exibir sinais de solidez e robustez. Com efeito, não obstante a forte expansão do crédito à economia registada no ano, até Setembro de 2009, o rácio do crédito malparado situou-se em 2%, idêntico a Dezembro de 2008. O rácio de solvabilidade do sistema incrementou para 16.6%, contra 14% em Dezembro de 2008, demonstrando que o nosso sistema está relativamente bem capitalizado e com anticorpos suficientes para enfrentar os efeitos da crise.

Durante o ano e no quadro da nossa estratégia de alargamento de serviços financeiros às zonas menos favorecidas, voltámos a assistir à contínua expansão da rede de balcões de bancos para as zonas rurais, concorrendo para que mais moçambicanos tenham acesso a serviços financeiros e possam canalizar as suas poupanças ao sistema bancário. Nos últimos 12 meses, autorizámos a abertura de 57 novos balcões de bancos em todas as províncias, passando, deste modo, para um total de 398 balcões autorizados, dos quais 340 já se encontram em funcionamento, cobrindo todas as cidades capitais, vilas municipais e 44 dos 128 distritos do país, número que poderá aumentar brevemente para 53 distritos, assim que terminarem as obras de instalação em curso.

**Desenvolvimento  
do Sector  
Financeiro e  
Sistema de  
Pagamentos**

Adicionalmente, durante o ano autorizámos a constituição de mais um Banco, passando o total nacional para 16, uma Cooperativa de Crédito e duas Casas de Câmbio e a inscrição de cinco Organizações de Poupança e Empréstimo e 23 operadores de Microcrédito.

Após um longo processo de trabalho técnico e consultas com os nossos parceiros do sistema bancário, aprovámos em 2009 o Aviso nº 5/GBM/2009, de 10 de Junho, sobre o regime de comissões e outros encargos. Este normativo atribui papel de relevo as instituições de crédito e sociedades financeiras, tendo em vista a adopção de boas práticas que promovam a concorrência, a transparência e a equidade na fixação e publicitação das suas comissões e outros encargos cobrados pela prestação de serviços financeiros.

O advento da crise financeira internacional – é preciso assinalar – trouxe desafios inúmeros às instituições financeiras, aos gestores financeiros, aos órgãos de governação das instituições e às autoridades reguladoras e supervisoras que temos que saber interpretar e internalizar, desafios que certamente tornarão os sistemas financeiros diferentes dos que vínhamos tendo até 2007. Nesse contexto, o Aviso 5/GBM/2009 estabelece também o dever de informação aos utentes dos serviços financeiros sobre preços e condições dos serviços e produtos que contratam, de forma padronizada e acessível, através da adopção da nomenclatura comum, para além de vedar a cobrança de algumas comissões e encargos na prestação dos serviços bancários essenciais relativos a contas de depósitos.

Prosseguimos em 2009 com as acções tendentes à criação de uma sociedade interbancária de serviços, tendo sido assinado, ainda ontem, dia 16 do corrente mês, o respectivo memorando de entendimento entre o BM e as instituições de crédito, representando mais de 90% do negócio bancário no país. Pretendemos com esta sociedade garantir economias de escala no acesso aos serviços bancários, com reflexo na esperada redução de custos associados, rapidez e segurança nas diversas operações bancárias. Com a utilização partilhada da infra-estrutura de pagamentos, será ainda possível que os clientes do sistema bancário façam uso de serviços de ATM ou POS em qualquer dos bancos a operar no País, com ganhos de eficiência evidentes, para além da possibilidade de acesso a mais e variados serviços correlacionados.

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Distintos Convidados**

**Perspectivas e  
Desafios para  
2010**

*Como o dissemos, as previsões sugerem um cenário optimista para o ano de 2010 no que respeita à retoma da economia mundial. O World Economic Outlook de Outubro de 2009 aponta para uma expansão de 3.1%, após uma contracção de 1.1% prevista para o presente ano.*

A nível interno, a gestão da política monetária continuará a tomar em conta a evolução da conjuntura internacional, monitorando os potenciais efeitos desfasados da crise financeira internacional na economia nacional, em geral e no sector financeiro em particular.

A política monetária será gerida tendo em vista a manutenção dos ganhos de inflação baixa obtidos em 2009, num regime de taxas de câmbios flexíveis e de priorização de um crescimento real mais robusto da nossa economia. Por isso, entendemos que a política monetária terá que ser gerida de forma cautelosa, tendo em atenção que será necessário para amortecer o impacto do alinhamento dos preços dos combustíveis líquidos no mercado doméstico, que resultar da retirada gradual dos subsídios pré-anunciada pelo Governo.

A nossa actuação em 2010 estará ainda em linha com os objectivos económicos definidos pelo Governo, que estabelecem um crescimento do PIB entre 5.9% e 6.4%, uma inflação média anual de 9.5% e uma posição das reservas internacionais líquidas que garanta 5 meses de cobertura de importações totais, quando incluídos os grandes projectos. Os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária de 18.3%, compatível com um crescimento do crédito à economia ligeiramente acima da expansão do PIB nominal e um crescimento da Base Monetária, em torno dos 16%.

Temos ainda previsto para o ano que se avizinha um conjunto de acções, sendo de destacar as seguintes:

- Continuar a fortalecer o nosso modelo de previsão e gestão da política monetária e de liquidez em particular, tendo em vista aumentar a eficácia das nossas intervenções;
- Prosseguir com acções visando a consolidação das operações do mercado monetário interbancário. Neste âmbito, maior destaque recairá para a operacionalização das operações de venda/compra definitiva de títulos no mercado secundário entre o BM e os Bancos Comerciais e o reforço do capital humano, a nível do sistema, tendo em vista contribuir para a maior profissionalização da interacção entre os operadores através da certificação dos *dealers*;
- Continuar a monitorar os desenvolvimentos e as actividades do sector financeiro como um todo. Maior atenção será dada à avaliação das condições de liquidez, a qualidade do crédito e a consolidação da supervisão baseada no risco;
- Consolidar as práticas de *Corporate Governance* no intuito de aplicar, efectiva e permanentemente, as regras de uma gestão profissionalizada das instituições de crédito e sociedades financeiras;

- Adoptar um plano de contingências para que o Sector Financeiro moçambicano esteja permanentemente de alerta aos riscos de crise;
- Finalizar regulamentação da Lei Cambial (Lei 2/2008, de 28 de Fevereiro), processo em que contamos envolver todos os actores, incluindo o sector privado.
- Prosseguir com as acções conducentes à criação de um *Cash Center* no País;
- Prosseguir com a expansão da rede de balcões do BM pelas províncias do país onde ainda não estamos presentes, tendo em vista continuar a facilitar a nossa missão nos domínios da emissão e circulação de notas e moedas de boa qualidade, na modernização do sistema nacional de pagamentos, na redução dos custos de armazenamento e transporte de notas e moedas pelos bancos comerciais, na facilitação das operações financeiras do Estado, entre outros;
- Continuar com as acções conducentes à constituição da sociedade interbancária de serviços;
- A nível da SADC, continuar a dar a nossa contribuição tendo em vista o alcance dos objectivos de convergência macroeconómica, particularmente, no que se refere à inflação, harmonização de práticas e procedimentos e do quadro legal que governa os bancos centrais da região.

As condições de financiamento ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamentos para 2010 foram previamente negociadas ainda no decurso do presente ano. O Banco Mundial decidiu antecipar o desembolso do crédito de USD 110 milhões de dólares antes do final do ano para o mês em curso. Este facto, aliado à recente aprovação pelo Conselho de Administração do FMI da quinta avaliação do desempenho económico de Moçambique, no âmbito do *Policy Support Instrument* e a primeira avaliação ao abrigo da Facilidade de Choques Exógenos, representa uma clara demonstração de confiança no país por esta instituição financeira internacional. Com a conclusão da primeira avaliação desta Facilidade, Moçambique passou a ter à sua disposição um montante equivalente a DES 14,2 milhões (aproximadamente 22,6 milhões de dólares americanos)

Com o grupo de parceiros de apoio programático ao orçamento de Estado, o G-19, realizámos ao longo do ano importantes discussões sobre aspectos estratégicos da cooperação bilateral e global, tendo sido aperfeiçoado o quadro de monitoria e avaliação.

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Distintos Convidados**

Em 2010, o país completa 35 anos de independência e o Banco de Moçambique assinalará também os 35 anos da sua existência, facto que nos enche de orgulho, porque somos uma instituição que nasce do próprio processo de conquista da independência nacional. Tendo em vista marcar este evento, permitam-me que aproveite esta ocasião para formalmente anunciar o lançamento das celebrações do 35º aniversário do Banco de Moçambique, cujas actividades centrais decorrerão no dia 17 de Maio.

A iniciativa de comemoração vai ser identificada por um logotipo e um *slogan*, expostos neste local em que nos encontramos e o respectivo programa será preenchido por um conjunto de eventos culturais, desportivos, científicos, de evocação histórica entre outros, sendo de destacar:

- A realização do XXXIV Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, entre 27 e 29 de Janeiro de 2010, estando o último dia reservado ao debate público do tema “**O Papel das Infra-estruturas na Promoção do Desenvolvimento Económico e na Implantação do Sector e Serviços Financeiros**”;
- O acolhimento da Reunião Ordinária do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais da SADC (CCBG);
- A realização dum simpósio internacional subordinado ao tema: “**Enquadramento da Crise Financeira Internacional, Desafios, Perspectivas e Impacto nas Economias Africanas**”, que contará com a participação do Fundo Monetário Internacional;
- Realização de um seminário internacional do Banco Mundial subordinado ao tema “*Credit Risk and Legal Issues*”;
  - Palestras a serem realizadas em diversas cidades do nosso país versando temas actuais da nossa economia;
  - Eventos desportivos e jornadas culturais, com destaque para a timbila e o *nyau*, dois números do nosso mosaico cultural considerados património da humanidade;
- Concursos de investigação científica, de literatura e de Belas Artes, abertos ao público, assim como uma exposição de artes plásticas com a participação de alguns artistas moçambicanos de renome.

**Comemorações  
do XXXV  
Aniversário do  
BM**

**Minhas Senhoras  
Meus Senhores  
Distintos Convidados**

A terminar, quero mais uma vez agradecer a todos vós por terem aceite o nosso convite para partilharmos este momento de reflexão. A todos os presentes e respectivas famílias, aos quadros e demais colaboradores do Banco de Moçambique e do sector financeiro, bem como às suas famílias, vão os meus votos de Festas Felizes e um Próspero Ano Novo.

Convido-vos que me acompanhem num brinde à saúde de todos e à prosperidade do sistema financeiro moçambicano.

Muito Obrigado.